



Comissão Brasileira Justiça e Paz  
Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

## NOTA PÚBLICA SOBRE A PEC 186 E O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

***“Ai dos que decretam leis injustas, e dos escrivães que prescrevem opressão.  
Para desviarem os pobres do seu direito, e para arrebatarem o direito dos aflitos do meu povo;  
para despojarem as viúvas e roubarem os órfãos!” (Isaías 10, 1-4)***

O acesso universal aos serviços de saúde e a garantia de recursos para a manutenção da educação pública são conquistas de toda a sociedade e foram asseguradas na Constituição Federal de 1988. Estes devem ser considerados direitos sociais fundamentais que fazem parte do aperfeiçoamento democrático e do próprio avanço civilizatório das sociedades.

Isto posto, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186/19, também chamada pelo governo de “PEC Emergencial”, é uma grave ameaça ao Estado Democrático de Direito, vez que inviabilizará a eficácia das redes públicas de ensino e do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta PEC está implícita a revogação dos valores constitucionais mínimos destinados ao financiamento da saúde e a manutenção e desenvolvimento da educação, retirando da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a obrigação de prover recursos necessários para saúde e educação a fim de atender à população brasileira.

Tal mudança significará um retrocesso radical, numa conjuntura de flagelo da Covid-19, que até agora resultou em 250 mil mortos e de problemas educacionais enfrentados pelo Brasil, como o abandono escolar, intensificado por essa pandemia. A realidade educacional do país é ainda dramática: em 2019, dos 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, 20%, ou seja, 10,1 milhões não completaram alguma das etapas do ensino fundamental ou médio. O Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (6,8% de analfabetismo)<sup>1</sup>. Pode-se acrescentar a este quadro a insuficiência de escolas e equipamentos deteriorados, o mesmo em relação à situação da rede de atendimento da saúde.

Neste contexto, é inadmissível pensar em cortes nos recursos para a educação! Ao contrário da desvinculação proposta pela PEC 186/19, o momento é de garantir ampliação de recursos para que as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) sejam alcançadas, a fim de que o novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB (Lei nº 14.113/2020) seja implementado.

Nessa perspectiva, vive-se um momento crucial que exige a ampliação do financiamento da saúde para o pleno funcionamento do SUS, já estrangulado pela EC nº 95/2016 que fixou o teto de gastos por 20 anos! Diante da dramática crise sanitária e humanitária que se vive, o SUS é o instrumento de enfrentamento do caos e a garantia de atenção a todas as pessoas residentes no país, sobretudo para a população mais vulnerável. Nesse sentido, pode-se ver o testemunho diário de milhares de profissionais da saúde.

Entretanto, ainda que se faça a alteração da PEC, em relação à desvinculação dos recursos para saúde e educação, se ela mantiver a subordinação dos direitos sociais ao pagamento da dívida pública (inserida no parágrafo único do Art. 6º da CF) e a desvinculação de recursos para pagar a questionável dívida pública (inserida no Art. 167-F), a garantia dos direitos sociais no Brasil estará irremediavelmente comprometida, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais.

O Legislativo como guardião da democracia não pode aceitar chantagens, utilizando o Auxílio Emergencial, tão necessário, como justificativa para passar um projeto que desobriga o Estado com as políticas públicas basilares para a construção de uma sociedade mais justa. Por isso, instamos os senhores Senadores e as senhoras Senadoras, para que preservem a Carta Constitucional de 1988, em suas cláusulas pétreas que asseguram direitos e garantias individuais, incluídos os direitos sociais, considerados fundamentais, como a saúde e a educação.

Brasília/DF, 1º de março de 2021.

CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz  
CJPAOR – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife  
CJP-DF – Comissão Justiça e Paz de Brasília

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019.



Comissão Brasileira Justiça e Paz  
Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CEPL - Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato da CNBB  
CDJP - Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Barreiras/BA  
CNLB – Conselho Nacional do Laicato do Brasil  
ABJD - Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia  
CSA - Congregação de Nossa Senhora  
Pastorais Sociais da Arquidiocese de Santarém/PA  
CEBI – Nacional - Centro de Estudos Bíblicos  
Fraternidade Leiga Charles de Foucauld do Brasil  
CADEIR - Comissão Arquidiocesana para o Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, Florianópolis/SC  
CRPJ - Comissão Regional de Justiça e Paz - Mato Grosso do Sul  
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil - Regional Brasília  
PO - Pastoral Operária Nacional  
CRPJ - Comissão Justiça e Paz do Regional Sul 1 da CNBB  
Instituto de Promoção Humana do Norte do Paraná  
Escola de Fé e Política Dom Pedro Casaldáliga  
ADHMA - Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Meio ambiente na Amazônia -  
Pastoral Operária de Brasilândia/SP  
OLMA - Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida -  
NESP - Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas  
Comissão Diocesana do Serviço da Caridade - Diocese de Santa Cruz do Sul  
MNDH Brasil - Movimento Nacional de Direitos Humanos  
CEPA - Centro de Espiritualidade Padre Arturo  
CJP SP – Comissão Justiça e Paz de São Paulo  
Comunidade São Francisco de Assis  
VIVAT Brasil  
Província Frei Bartolomeu de Las Casas dos Dominicanos no Brasil  
Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil  
JPIC - Justiça e Paz e Integridade da Criação do Verbo Divino-Brasil  
Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino  
Articulação Comboniana de Direitos Humanos  
Irmãs Missionárias do Sagrado Coração de Jesus  
CDHF - Centro de Direitos Humanos de Formoso/TO  
Vida e Juventude - Centro Popular de Formação Juventude  
CEBI-MS - Centro de Estudos Bíblicos  
CJP-SP - Comissão Justiça e Paz de São Paulo  
Fórum da Cidadania de Santos/SP  
Auditoria Cidadã da Dívida  
ABEFC - Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara  
Regional Brasília da CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil  
NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores -  
Centro São José  
Prelazia de São Félix do Araguaia/MT  
Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - Seção SP  
ASEMPT - Associação dos Servidores dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar  
Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe-SINDIFISCO  
MAS - Movimento Acorda Sociedade  
6a. Semana Social Brasileira - Coletivo Brasília e Região Metropolitana  
SINDSEP PE  
ANED - Associação Nacional dos Empregados da DATAPREV  
Comissão de Promoção da Dignidade Humana - Arquidiocese de Vitória - ES  
Sindilex - Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo  
SISJERN  
CSP – Conlutas (Central Sindical e Popular)  
Sindicato dos Bancários do Maranhão  
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sapopemba/SP  
CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal  
CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil  
Pastoral Carcerária Nacional  
ABRA - Associação Brasileira De Reforma Agrária



Comissão Brasileira Justiça e Paz  
Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FENAMP - Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais  
Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional  
ANSEMP - Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público  
Irmãos de São José de Rochester  
ATENS Sindicato Nacional  
Conferência dos Religiosos do Brasil  
OFS - Ordem Franciscana Secular do Brasil  
SINDSEP-MT  
CEBI - ES  
SINTRAJUD  
CNASP - Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos  
Associação de Educação Cultura e Cidadania, Goiânia/GO  
APRUMA - Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional  
ATENS/SM/RS  
SINDIRECEITA  
CEAPE-Sindicato (Sindicato de Auditores Públicos Externos do TCE-RS)  
CEFEP – Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara  
Movimento Fé e Política do Planalto Central – DF e Região  
CJP- Diocese do Xingu-Altamira/PA  
MNFP – Movimento Nacional Fé e Política  
PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular  
SINTRAJUFE/MA  
AASPTJSP - Associação de assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça de SP  
Articulação Das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base de São Luís/MA  
Pastoral Carcerária – Regional Oeste 1 / MS  
Pastoral da Saúde Nacional-CNBB  
Caritas Brasileira  
SINTERGS - Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Rio Grande do Sul  
SINDCOP - Sindicato dos Policiais Penais e Trabalhadores do Sistema Penitenciário Paulista  
SINDMPU  
SINAIT - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho  
Escola de Fé e Política Dom Pedro Casaldáliga – João Pessoa/PB  
CADH Valdício Barbosa dos Santos "Leo" – Centro de Apoio aos DDHH/ES  
CDDH Serra – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/ES